

F. Coelho




MICROCRÉDITO

ASSOCIAÇÃO NACIONAL
DE DIREITO AO CRÉDITO

ANDC
RELATÓRIO DE ATIVIDADES E CONTAS
2017

Aprovado em Assembleia-Geral de 28 de março de 2018

ÍNDICE

I. INTRODUÇÃO	1
II. ORGANIZAÇÃO	2
II.1. A Procura da Viabilidade Financeira	2
II.2 Recursos e Organização Interna.....	3
II.3. Órgãos Sociais.....	4
II.4. Associados.....	4
II.5. Parcerias	5
II.5 Relações Internacionais.....	6
II.6. Comunicação	6
III. ATIVIDADE OPERACIONAL.....	7
III.1 As candidaturas recebidas	7
III.2 Os projetos Microcrédito ANDC	8
III.3. Atividade no âmbito do ATP/EPAT	9
IV. UMA NOVA APOSTA - FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO	10
V. PATRIMÓNIO DE EXPERIÊNCIA E CONHECIMENTO DA ANDC.....	11
VI. CONTAS.....	12
VI.1. Proveitos.....	14
VI.2. Custos.....	15
VI.3. Resultados	16
VII. NOTAS FINAIS.....	17

I. INTRODUÇÃO

A evolução da ANDC processou-se nos termos das decisões tomadas no final de 2016, do Programa de Ação para 2017 e das decisões tomadas na Assembleia Geral de 10 de Julho de 2017.

Face à mudança de cenário no financiamento público da sua ação, tornava-se imperioso tentar preservar a viabilidade da Associação para que pudesse manter intactas a sua missão e a sua valia social e reconstruir-se à luz dos novos desafios que se colocam no novo contexto, tendo sempre presente que o foco são as pessoas e não os instrumentos. Por isso, a partir do segundo semestre de 2016, se concentraram esforços em quatro grandes preocupações:

- Redução das responsabilidades permanentes e fixas, em particular através de um processo de despedimento coletivo que reduziu a cinco os trabalhadores com contrato de trabalho;
- Preservação das condições para, em qualquer momento que a evolução venha a impor, se encerrar condignamente a Associação honrando todas as suas responsabilidades;
- Exploração das diversas fontes potenciais de financiamento alternativo para a atividade da ANDC;
- Colocação à disposição da comunidade do acervo de informação da atividade da Associação e dos ensinamentos da sua experiência e da sua história.

Iniciámos 2017 num quadro de grande incerteza, com um Programa de Ação cujo principal objetivo era o de garantir condições para que a ANDC, de acordo com a sua história, continue a desempenhar um papel na sua área de intervenção e seja capaz de enfrentar os desafios que se lhe colocam, nomeadamente:

- a). Propondo novos caminhos para promover a inclusão social através da garantia do direito à iniciativa económica.
- b). Retribuindo o apoio recebido da sociedade, pela valorização e divulgação da sua experiência e conhecimentos com carácter relevante para as políticas públicas e para a ação das entidades privadas visando o microempendedorismo inclusivo.

Conforme o compromisso do Programa de Ação para 2017, a ANDC continuou a dar resposta a quem a procurou com projetos viáveis e não elegíveis para outras linhas de financiamento, mas o essencial da atividade centrou-se na procura de novos caminhos para que a ANDC continue a dar respostas às pessoas para a concretização da sua cidadania económica.

II. ORGANIZAÇÃO

II.1. A Procura da Viabilidade Financeira

Face à alteração no quadro do financiamento público e ao fim do apoio financeiro do IEFP ao microcrédito da ANDC, a prossecução da missão da Associação ficou sujeita a um condicionalismo incontornável: encontrar formas alternativas de financiamento da sua atividade.

O Programa de Ação para 2017 identificava 4 áreas onde se explorariam oportunidades:

1. Diversificação da atividade da ANDC de modo a que as atividades remuneradas pudessem gerar excedentes para suportar os custos do apoio aos projetos de microcrédito ANDC, nomeadamente pelas vias de: a) candidatura e celebração de Acordo de cooperação com o IEFP no âmbito do concurso para EPAT; b) colaboração com outras entidades responsáveis por programas de promoção do empreendedorismo ou envolvidas nos mesmos, traduzidas na prestação de serviços que valorizem a experiência da ANDC.
2. Exploração do interesse de financiadores privados em projetos, a desenvolver em parceria, e fomento do microempreendedorismo em territórios específicos ou dirigidos a grupos-alvo específicos.
3. Submissão de candidaturas a financiamentos públicos no quadro do Portugal 2020 e outros financiamentos que tenham por objetivo a inclusão social através do microempreendedorismo e da capacitação para o auto-emprego.
4. Passagem progressiva para a regra de comparticipação dos beneficiários nos custos da ANDC não cobertos por outras fontes de financiamento.

Apesar do interesse suscitado pela ação da Associação, a procura de financiadores alternativos da atividade tradicional da ANDC não produziu resultados e não parece que a mesma venha a concretizar-se fora de ações inovadoras que venhamos a conceber e a propor.

A reunião com 3 Fundações, a apresentação de programas concretos de cooperação territorial a 4 CIM e a candidatura a concursos de “prémios” de entidades privadas tornaram claro que, sem prejuízo de outras formas de cooperação, as parcerias a desenvolver dificilmente

F. Cal


passarão pela o envolvimento, por parte de financiadores privados, de recursos financeiros no suporte dos custos com o apoio aos projetos de microcrédito e que o microempendedorismo inclusivo não estará na primeira linha da sua ação.

Do mesmo modo, as diligências efetuadas também confirmaram que a ação tradicional da ANDC não encontra espaço de acolhimento nos programas do Portugal 2020. Outras expectativas que constam do relatório apresentado à Assembleia Geral de 2017-07-10 também não se confirmaram até à data.

Em contrapartida, a ANDC foi bem-sucedida no concurso para certificação como EPAT e nesse quadro celebrou acordo com o IEFP, como à frente se descreve, o que lhe pode permitir uma base de receitas regulares para uma estrutura de suporte a outras iniciativas e projetos que a Associação decida assumir.

Foi também implementado o princípio de comparticipação dos promotores apoiados pelo microcrédito da ANDC nos custos da Associação, passando os mesmos, no caso do financiamento aprovado, a pagar 6% do crédito concedido (note-se que nestes projetos a ANDC suporta uma garantia de 5% junto da entidade financiadora).

II.2 Recursos e Organização Interna

Face à situação imprevista de todos conhecida, a ANDC foi obrigada a um profundo reajustamento que implicou um processo de despedimento coletivo. Alguns contratos de trabalho terminaram ainda em 2016 e estava previsto que 6 terminariam em 30.06.2017, ficando a partir desta data a estrutura reduzida ao Secretário-Geral e ao Gestor Operacional do Microcrédito.

O sucesso no concurso para acreditação de EPAT levou a Direção a propor aos restantes 5 colaboradores envolvidos no processo de despedimento a manutenção do vínculo laboral. Dois dos colaboradores não aceitaram e, neste momento, mantêm contrato de trabalho com a Associação:

- O Secretário-Geral;

- O Gestor Operacional de Microcrédito;
- Dois Técnicos de Microcrédito (no Norte e no Algarve);
- A responsável pelo secretariado.

A ANDC socorre-se de uma rede de 10 prestadores de serviços de apoio aos portadores de ideias de negócios, que asseguram a cobertura das regiões onde a ANDC está credenciada como EPAT.

A ANDC dispõe de instalações da sede em Lisboa e de espaço de trabalho permanente em Matosinhos (no Centro Incentivar a Partilha). Celebrou protocolo com a Cooperativa Coolabora que disponibiliza espaço para atendimento e disponibiliza os meios necessários para apoio aos promotores na Covilhã e desenvolveu ações para vir a dispor de espaço em Albufeira, no Centro de Acolhimento Empresarial.

II.3. Órgãos Sociais

A Assembleia Geral reuniu em duas reuniões ordinárias:

- Em 27 de Março de 2017, tendo apreciado e aprovado o Relatório e Contas de 2016;
- Em 27 de Novembro de 2017, tendo apreciado e aprovado o Programa de Ação e Orçamento para 2018.

A Assembleia-Geral reuniu extraordinariamente em 10 de Julho de 2017 para apreciar o relatório apresentado pela Direção relativo à atividade do primeiro semestre e a revisão do Orçamento para 2016 ajustando-o às perspetivas de continuidade da atividade operacional, o qual foi aprovado.

A Direção agradece a disponibilidade manifestada pela Mesa da Assembleia-Geral para as solicitações da Direção e o apoio do Conselho Fiscal neste período muito exigente da gestão da Associação.

II.4. Associados

Em 2017, o número de Associados continuou a reduzir-se, tendo passado de 194 em 31/12/2016 para 189 em 31/12/2017

F. Costa
 J. B.
 J. B.

Movimento de Associados em 2017

	Nº
Nº total associados em 31/12/2017	189
Novos associados 2017	2
Desistências 2017	7
Faleceram	----

Cerca de 120 Associados pagam regularmente quotas e um número significativo presta trabalho voluntário à Associação, em particular nos Órgãos Sociais e nas Comissões de Crédito.

II.5. Parcerias

Durante o ano de 2017 mantiveram-se os protocolos com os bancos parceiros. A organização interna de alguns deles sofreu alterações com impacte em aspetos operacionais que não põem em causa os objetivos da parceria. Apesar da quebra de atividade, todos os Bancos com quem trabalhamos têm manifestado confiança na recuperação da ANDC e mantidos os níveis de resposta a que estamos habituados

Em 2017, pudemos continuar a contar com serviços *pro bono* da Abreu Advogados e da Vieira de Almeida e Associados. As restantes parcerias *pro bono* não foram acionadas.

Além das Instituições Financeiras, a ANDC tem presentemente 42 Protocolos assinados com outras tantas entidades, de que destacamos o protocolo com o IEFP no quadro do ATP/EPAT, 23 com Câmaras Municipais, a CASES (Cooperativa António Sérgio para a Economia Social) e a Santa Casa da Misericórdia de Lisboa. Durante o ano de 2017, foram assinados os seguintes protocolos:

- **Associação O que Faz Falta**, que tomou a iniciativa de se disponibilizar para projetos que pudessem responder às necessidades da ANDC, na sequência do que resultou o nosso pedido específico de apoio para a conceção de um programa de formação de resposta às necessidades específicas dos microempresários e adaptado às suas disponibilidades e perfis.
- **Coolabora**, sediada na Covilhã, que, nomeadamente, disponibiliza espaço e meios para atendimento dos promotores de projetos que requeiram o apoio da ANDC;
- **Cooperativa Novos Percursos**, envolvendo cooperação na informação e encaminhamento de promotores de microprojectos;

- **ADEE** – Associação para o Desenvolvimento Económico e Empresarial, com um protocolo de cooperação genérico e com uma componente que pode resultar em benefícios para os empresários apoiados pela ANDC.

A ANDC estabeleceu diálogo com a FESCOOP na perspetiva de participação num projeto partilhado (de várias entidades) de desenvolvimento da microfinança em Portugal.

II.5 Relações Internacionais

A ANDC em 2017 era associada da REM (Rede Europeia de Microfinança). No que se refere à EFIN (European Financial Inclusion Network), devido à contenção de custos, foi suspensa a nossa participação enquanto associados a partir de 2017.

A ANDC procurou o apoio da ADIE para o desenvolvimento do projeto de formação. Aproveitando a presença de responsáveis da ADIE no Fórum das Finanças Éticas, organizado pela FESCOOP, realizou-se uma reunião onde participou também a Associação O que Faz Falta que nos está a apoiar nesta matéria.

II.6. Comunicação

Em 2017, a ANDC não assumiu pro-atividade em matéria de comunicação.

A presença nos meios de comunicação social, com participação direta do nosso lado foi:

- Publicação de um artigo do Presidente no *site* Saldo Positivo (CGD) sobre “Microcrédito e territórios marginalizados”;
- Entrevista concedida por Francisca Cordovil à revista Business Portugal, Abril de 2017;
- Presença do Secretário-Geral da ANDC no programa “Diário da Manhã”, na TVI24, a propósito do Dia Europeu da Microfinança no dia 20 de Outubro.

Adicionalmente foi feita uma análise dos conteúdos do *site* e iniciou-se o seu ajustamento à oferta de novos produtos (EPAT) e a uma maior visibilidade do apoio às pessoas e à criação de micro-negócios.

Foram ainda revistos os materiais de divulgação e complementados com a informação sobre as novas áreas de intervenção da ANDC.

Desenvolveu-se o estudo “ANDC 18 anos ao serviço da inclusão económica e social em Portugal,” que será um instrumento importante de suporte às atividades de sensibilização e divulgação em 2018.

III. ATIVIDADE OPERACIONAL

III.1 As candidaturas recebidas

Em 2017, foram 1037 as candidaturas recebidas.

Até Setembro a atividade operacional foi meramente de resposta às solicitações de pessoas que não pudessem recorrer a outras soluções de financiamento, procurando salvaguardar o microcrédito ANDC como solução de último recurso. Esta situação permitiu perceber a importância da pro-atividade para chegarmos ao nosso público-alvo e o volume mínimo de candidaturas a que poderemos chamar procura residual. O número de contactos/candidaturas reduziu-se a menos de metade do que vinha a ocorrer num ano normal e foram encaminhadas para outras alternativas todas as situações que fossem elegíveis para o Microinvest.

A partir de Setembro, celebrado o protocolo com o IEFP no quadro do ACTP/EPAT, a ANDC reorganizou-se para juntar ao microcrédito da ANDC o apoio técnico aos promotores candidatos aos programas de empreendedorismo do IEFP (CPE, Microinvest, Invest+ e InvestJovem). A retoma da presença no terreno e da pro-atividade para chegar ao público-alvo começam a ter impacte na procura e na atividade que, no entanto, só se começa a sentir no início de 2018.

No ano de 2017 o número de solicitações/candidaturas recebidas atingiu as 1037 (57% das de 2015, que já havia sido um ano de baixa procura).

Candidaturas em 2017

Candidaturas	2015	2016	Varição 2016 /2015	2017	Varição 2017 /2016
1º Trimestre	638	470	-26,3%	305	-35,1%
2º Trimestre	433	473	9,2%	236	-50,1%
3º Trimestre	365	306	-16,2%	222	-27,5%
4º Trimestre	365	257	-29,6%	274	6,6%
Total	1801	1506	-16,4%	1037	-31,1%

Destas candidaturas, só uma pequena percentagem (3%) chegou à aprovação do crédito pelo banco.

Para isso contribuíram certamente:



- 1.º O já referido encaminhamento para outras alternativas daquelas que fossem elegíveis para outros instrumentos de financiamento (a ANDC, até Setembro, deixou de trabalhar os projetos Microinvest);
- 2.º A ANDC, sem financiamento, havia deixado de ser proativa na fase inicial de instrução documental da candidatura, com desativação do procedimento de acompanhamento do atraso no envio dos elementos após o primeiro contacto. O não se fazer o acompanhamento do promotor nesta fase prévia revelou um impacte que não se suporia de antemão.
- 3.º Implementou-se também a comparticipação do promotor nos custos: apesar de essa comparticipação ser devida apenas no caso de o financiamento ser aprovado pelo banco e de poder ser incluída no crédito, não é de excluir que a mesma tenha sido um desincentivo relevante. A cobrança deste valor só foi feita para candidaturas iniciadas em 2017 pelo que apenas abrangeu 13 projetos dos 33 aprovados em 2017.

Mas importa chamar a atenção para o que pode significar a dimensão da diferença da taxa de conversão candidaturas/créditos verificada em 2017 e a verificada em anos anteriores. Pesem embora as razões acima referidas, o que provavelmente aconteceu é que o facto de a ANDC não estar ativamente no terreno levou a ficarem pelo caminho - e sem solução – pessoas que, de outro modo, teriam chegado à criação do próprio emprego e de um micro-negócio.

Após início da atividade como EPAT, para além do crescimento do número de candidaturas, começa a verificar-se uma alteração na relação entre as candidaturas a EPAT e as candidaturas Microcrédito ANDC. No início de 2018 essa relação é já de 2 para 1, relação que deverá continuar a aumentar à medida que a atividade como EPAT ganhar maior expressão.

III.2 Os projetos Microcrédito ANDC

Em 2017 foram contratados 33 microcréditos.

Foram 33 pessoas que encontraram uma alternativa, mas, como referido, o impacto da redução de atividade foi muito significativo em termos de créditos, muito mais do que em termos de candidaturas.

Os 33 microcréditos representam uma quebra de 77% em relação ao ano anterior.

F. Costa
[Assinatura]

As Comissões de Crédito mantiveram-se ativas, reuniram sempre que houve projetos para apreciar e aprovaram 35 projetos que se somaram a 17 que haviam transitado de 2016.

As entidades bancárias recusaram 7 processos, quantidade que acabou por ter um peso significativo face ao volume reduzido de atividade. Quatro outros processos foram encerrados sem creditação devidos a motivos dos candidatos. Os restantes projetos (8) estavam pendentes nos bancos.

Dos 33 créditos efetuados, apenas 13 foram feitos na modalidade de comparticipação de custos tendo a ANDC recebido já 6 093 euros.

O Acompanhamento dos projetos ativos foi feito normalmente durante o primeiro semestre. No segundo semestre, o Acompanhamento foi feito em resposta às solicitações. Irá ser reposta a regularidade de contacto com todos os microempresários com créditos ativos numa base mais eficiente no primeiro semestre de 2018 com recurso a novas formas de integração de trabalho voluntário.

III.3. Atividade no âmbito do ATCP/EPAT

Como previsto, o IEFP abriu concurso para selecionar Entidades Prestadoras de Apoio Técnico (EPAT) no âmbito do ATCP para projetos no âmbito dos seus programas de empreendedorismo. A diversificação da atividade da ANDC para este domínio fez todo o sentido na medida em que:

- Já vinha prestando apoio a esses projetos no quadro do Microinvest embora com um estatuto diferente de EPAT;
- Trata-se de pôr a sua experiência ao serviço das pessoas que querem criar o seu próprio negócio, focando o apoio na pessoa independentemente do instrumento de financiamento;
- Embora as condições sejam menos favoráveis, representa a forma de poder ter receitas regulares, condição indispensável para o desenvolvimento da sua missão.

A preparação da candidatura mereceu particular atenção e passou pela constituição de uma equipe de técnicos externos com contratos de aquisição de serviços remunerados em função dos resultados.

A ANDC foi bem-sucedida no concurso e credenciada para as regiões do Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo e Algarve. O Protocolo com o IEFP foi celebrado em 21/07/2017.

Em sequência passou-se à preparação do relançamento da atividade no terreno, procedendo à revisão dos procedimentos, dos materiais de divulgação e à formação da equipe de Técnicos, quer em reuniões

conjuntas quer individualmente. A revisão dos procedimentos, preparação de um programa de divulgação/promoção e a revisão dos materiais de divulgação foi objeto de uma aquisição de serviços. Estando no momento de arranque, os resultados desta atividade não tiveram grande expressão em 2017. Apenas foram submetidos ao IEPF 5 projetos no âmbito da antecipação das prestações de desemprego, sem crédito, tendo sido aprovados 2 ainda no ano de 2017.

IV. UMA NOVA APOSTA – FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO

É hoje, cada vez, reconhecido na Europa que o microempreendedorismo não passa apenas pela disponibilização de financiamento. Criar o seu próprio emprego ou um micro-negócio é uma experiência cujo arranque e sucesso estão, cada vez mais, dependentes da informação, do conhecimento e do saber-fazer de que os promotores dispõem ou a que podem ter acesso. Em particular a educação financeira assume um papel decisivo, como é reconhecido pela REM na Declaração de Veneza quando propõe que a “literacia financeira seja reconhecida como uma competência chave no Quadro de Referência Europeu de Competências Essenciais”. A capacitação e formação para o microempreendedorismo é necessária a nível das diversas fases do desenvolvimento de uma ideia e de um projeto e ganha em ser adaptada às necessidades específicas de cada promotor. No sentido de responder às necessidades de capacitação dos microempresários, apoiados ou não pela ANDC, foi assumida uma aposta nas atividades de formação que responda às especificidades do seu público-alvo.

Nesse sentido, em 2017 preparou-se e submeteu-se à DGERT um processo de certificação da ANDC como entidade formadora. Trata-se de um processo exigente, preparado com os recursos internos e que se encontra em fase de audiência prévia. Dos principais elementos da candidatura conta-se a um Manual de Qualidade da Atividade Formativa e de um Plano de Formação para as áreas a que a ANDC se propõe desenvolver.

Ainda em 2017, com o apoio da Associação “O Que Faz Falta”, iniciou-se o trabalho de conceção de um programa de formação de resposta às necessidades específicas dos microempresários e adaptado às suas disponibilidades e perfis. Estabeleceram-se contactos com alguns parceiros internacionais, em particular, como já referido, com a ADIE. O trabalho irá prosseguir com a definição mais precisa das

F. Cadaf


necessidades e teste com pequenos grupos-alvo. Inclui-se a oportunidade de desenvolvimento de materiais para capacitação à distância.

V. PATRIMÓNIO DE EXPERIÊNCIA E CONHECIMENTO DA ANDC

O Plano para 2017 incluía nos seus objetivos o de “Valorizar e divulgar o património de experiência e conhecimento da ANDC”. A concretização deste objetivo previa o seu desenvolvimento em duas vertentes: o papel do microcrédito na promoção da inclusão social e a descrição e reflexão sobre a metodologia de trabalho da ANDC.

A Associada Isabel Guerra, aceitou o desafio de coordenar o estudo sobre esta matéria.

O desenvolvimento do trabalho acabou por ter duas vertentes.

Uma de reflexão ampla sobre a experiência do papel do microempendedorismo inclusivo e do microcrédito, as conclusões da experiência da ANDC em comparação com outras, os desafios e caminhos futuros. Em 2017 foram elaboradas as primeiras versões de 6 dos 7 capítulos previstos para o Relatório, que deve ser concluído no primeiro semestre de 2018 tendo em vista uma discussão alargada que a ANDC pretende promover no final de 2018.

A segunda vertente tratou da sistematização e análise da informação quantitativa relativa à atividade da ANDC entre 1999 e 2016. O resultado desta segunda vertente, já concluído com a designação “ANDC – 18 anos ao serviço da inclusão Económica e Social em Portugal”, será apresentado num Encontro em Abril, que se quer o início da preparação da discussão mais ampla referida no parágrafo anterior. Esse Estudo foi efetuado exclusivamente com recursos internos da organização e com trabalho de voluntariado, deverá suportar atividades de sensibilização e divulgação em 2018 e reflete uma disciplina de prestação de contas e autoavaliação de que a ANDC tem dado provas em diversas ocasiões.

Numa fase prévia, um grupo constituído por alguns membros da equipe de Atendimento, permitiu enriquecer os registos do sistema de informação da ANDC (SIMA) com informação que ainda não tinha sido integrada e que permite tipificar o perfil dos negócios. Seguiu-se a consolidação e validação dos dados.

A análise subsequente dos dados recaiu sobre 2 241 operações de crédito e 208 reformulações de empréstimos contratados entre 1999 e 2016.

O conteúdo dos relatórios de visitas de acompanhamento efetuadas a partir de meados de 2015 pelos Técnicos de Microcrédito permite caracterizar as ocorrências mais frequentes na concretização dos negócios e as medidas adotadas para as resolver.

A reflexão sobre este material pode contribuir para afinar metodologias de trabalho e melhorar a prevenção dos riscos de insucesso.

A tipificação dos registos das operações de crédito é bastante detalhada tanto a nível do perfil dos empresários como dos negócios e dos empréstimos, sobretudo no que se refere às operações contratadas a partir de 2009. Este detalhe permite descrever a evolução temporal, a implantação territorial e a representação sectorial e investigar possíveis padrões relacionados com o sucesso dos negócios.

Por outro lado, ficam evidenciadas diversas situações que não seriam elegíveis no âmbito dos programas de microcrédito nacionais e que o microcrédito da ANDC viabilizou com benefício para os envolvidos.

Este projeto, obteve um subsídio da Fundação Calouste Gulbenkian para a sua divulgação.

VI. CONTAS

As contas de 2017 são marcadas pelo facto de toda a atividade da ANDC durante 2017 não ter tido financiamento, sendo suportada pelos recursos da Associação nos termos dos Orçamentos (inicial e revisão em 10/07/2017) aprovados pela Assembleia Geral. A gestão financeira da Associação foi extremamente exigente, mas foi possível mantermo-nos nos estritos limites dos orçamentos aprovados.

Às contas de 2017 está subjacente a reestruturação da atividade operacional da ANDC, nomeadamente com acreditação enquanto EPAT (Entidade Prestadora de Apoio Técnico). Acresce ainda o facto de, a partir de 01/07/2017, a equipa técnica ser composta por 2 Técnicos internos e 10 Técnicos externos.

F. Caldeira


Comparação Semestral entre Executado e Orçamento (Principais Rúbricas)

	1º Semestre		2º Semestre		TOTAL	
	Executado	Orçamento	Executado	Orçamento	Executado	Orçamento
PROVEITOS	12 576,00	6 400,00	17 512,37	14 465,00	30 088,37	20 865,00
CUSTOS C/ PESSOAL	120 333,48	121 711,00	68 523,17	84 047,00	188 856,65	205 758,00
OUTROS CUSTOS FIXOS	21 040,88	22 902,00	17 961,96	23 309,00	39 002,84	46 211,00
CUSTOS VARIÁVEIS	15 891,56	16 823,00	19 558,72	18 231,00	35 450,28	35 054,00
TOTAL CUSTOS	157 265,92	161 436,00	106 043,85	125 587,00	263 309,77	287 023,00
SALDO s/ Provisões	-144 689,92	-155 036,00	-88 531,48	-111 122,00	-233 221,40	-266 158,00



A Tabela comparativa entre o Executado e o Orçamentado, em que o saldo foi sempre superior ao orçamentado, evidencia o rigor no cumprimento do estipulado e aprovado em Assembleia-geral. Sublinhe-se o facto de o montante dos proveitos ser superior ao orçamentado, o que resulta do pagamento de 6% relativo aos empréstimos de microcrédito (Novos Projetos) e a um apoio da Fundação Calouste Gulbenkian para a publicação do estudo sobre os 18 anos que tem contrapartida equivalente em custos.

Tendo sido o primeiro exercício completo da atividade em que a ANDC não beneficiou de subsídios do IEFP para a financiar e com base nos pressupostos aprovados nas Assembleias Gerais realizadas, de criação de condições da sua continuidade a prazo recorrendo às disponibilidades existentes,



F. Costa


nomeadamente das Provisões para projetos aprovados, a Direção decidiu reverter uma parcela das mesmas que considerou ajustada à evolução da sua carteira de microcréditos.

Avaliada a redução de responsabilidades ao longo do ano em termos do número de projetos em carteira e dos seus prazos de maturidade, e tendo por base os € 467 318 de provisões transitadas do exercício anterior, deduzidos do valor de € 66 500 afeto a compensações indemnizatória, foi formalizada a reversão de € 190 000 nas provisões para projetos aprovados.

No encerramento de contas de 2017, o montante total das disponibilidades era de 372 975 euros e o total das provisões ascendia a 367 929 euros.

• Disponibilidades em 31/12/2017:	€ 372 975,33	(Balancete Económico Financeiro)
• Provisões para Projetos Aprovados:	€ 277 318,30	(Nota 9 do Anexo às Contas)
• Provisões para Fundo de Garantia:	€ 75 000,00	
• Impostos	€ 15 611,35	
• Total Provisões	€ 367 929,65	

O montante total das provisões em 31/12/2017 (impostos, Fundo de Garantia e Projetos Aprovados) era de € 367 929,65 euros (ver Balanço e Nota 9 do Anexo às Contas).

Importa sublinhar que o montante afeto a compensações indemnizatórias, à data de 31/12/2017, é de € 66 500, incluído nas provisões.

VI.1. Proveitos

No que se refere aos proveitos, há que sublinhar os seguintes aspetos:

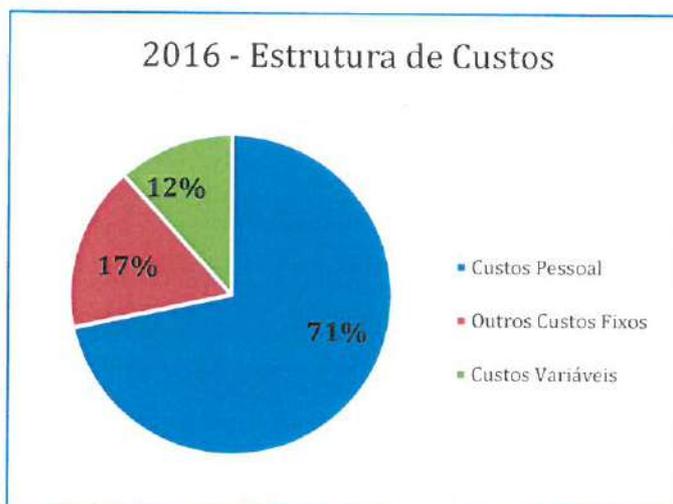
1. Quotizações: apesar da recuperação evidente durante o 2º Semestre (1 000 euros no 1º Semestre e 6 540 euros no 2º Semestre), o desvio é de 52% face ao orçamentado (15 760 euros).

Fácil

2. Donativos: referem-se a donativos dos associados, já que não existiu contabilização de trabalho em pro-bono.
3. Subsídio IEFP: o montante corresponde a 2 projetos no âmbito da atividade da ANDC enquanto EPAT.
4. Conferência Microcrédito/Estudo: apoio da Fundação Calouste Gulbenkian para a publicação do Estudo sobre a experiência de 18 anos da atividade da ANDC, mas que tem contrapartida em custos de igual valor.
5. Novos Projetos: montante correspondente a 6% do empréstimo microcrédito, após deduzido o IVA (13 projetos).
6. Proveitos Diversos: os proveitos diversos incluem, além dos juros dos depósitos bancários, a consignação do IRS no montante de € 5 548,39 e € 646,94 de benefício de 15% do IVA suportado (Total: 6 195,33 euros), referente ao ano de 2015 (Ver Nota 19 do Anexo às Contas).

VI.2. Custos

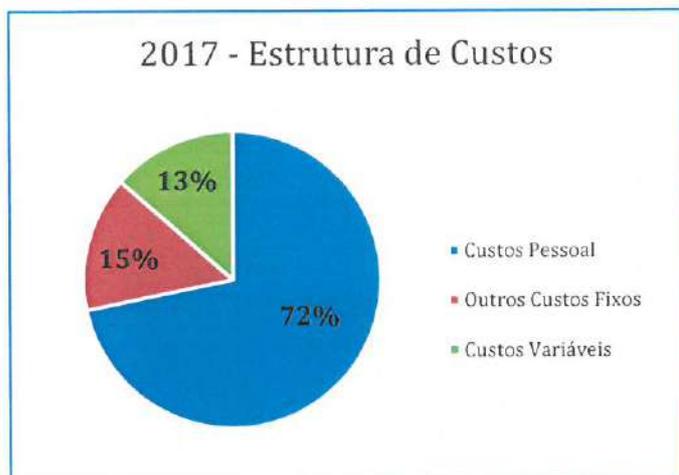
Os custos refletem, como se observa na comparação entre semestres, a alteração da área operacional assentando a equipa em Técnicos externos. O facto é ainda mais evidente quando se compara os montantes referentes aos Custos com Pessoal relativos a 2016 (€ 356 440) e 2017 (€ 205 758, sendo que do primeiro para o segundo semestre houve uma redução de cerca 43%). Contudo, como se pode ver pelos gráficos seguintes, a estrutura de custos mantém-se idêntica, embora com uma ligeira redução dos outros custos fixos.



É de esperar que não exista uma alteração na estrutura de custos dado, por um lado, a natureza da atividade da ANDC e, por outro, a não repercussão nas contas de 2017 da alteração da área operacional, o que só se refletirá nas contas de 2018. A principal alteração na estrutura será uma diminuição da representação dos custos de pessoal e uma subida dos custos

F. Costa


variáveis decorrente dos custos com colaboradores diversos.



Como informação complementar aos dados que constam do balancete Económico-financeiro, importa sublinhar:

1. Tal como afirmado anteriormente, os custos de pessoal tiveram no 2º semestre, face ao 1º semestre, uma diminuição de 43%.
2. Os outros Custos Fixos, do primeiro para o 2º semestre, tiveram uma redução

de 14,6%, sendo a redução de 53% face a 2016. Esta redução resulta essencialmente da redução da frota a duas viaturas.

3. No que se refere aos Custos Variáveis, embora a redução face a 2016 seja de 39%, nota-se um aumento de cerca de 23% do primeiro para o segundo semestre e um muito ligeiro acréscimo face ao orçamentado. Isto deve-se sobretudo aos Custos de Colaboradores Diversos e Trabalhos Especializados. Este facto ilustra, tal como dito atrás, como a estrutura de custos tende a alterar-se. Note-se ainda o facto das Telecomunicações e Correio ser superior ao orçamentado em 9% devido à dificuldade em renegociar contratos que estavam em vigor.
4. Finalmente, sublinhe-se o facto de o total de custos ter sofrido uma redução de 32,5% do primeiro para o segundo semestre.

VI.3. Resultados

Em termos contabilísticos, o resultado líquido do exercício é negativo no montante de € 42 431,94, o que se deve à reversão da Provisão para Projetos Aprovados no montante de € 190 000 (ver balancete Económico-financeiro). Sublinhe-se, mais uma vez, que esta reversão está de acordo com os pressupostos aprovados em Assembleia-geral e que se prendem com a utilização destes fundos para criar condições para a continuidade da ANDC, sem deixar de assegurar as condições necessárias ao cumprimento das suas obrigações.

F. Costa
J. P. Costa
J. P. Costa

Contudo, o saldo de gestão do exercício, retirando a reversão das provisões, foi negativo no montante de € 249 513,79, tal como evidenciado na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Como já referido, o montante das disponibilidades a transitar para 2018 é de € 372 975,33.

VII. NOTAS FINAIS

A ANDC viu-se confrontada com uma situação de emergência para a qual a sua estrutura organizativa não estava preparada. Apesar de uma dedicação intensa de todos, que a Direção sublinha, não foi manifestamente possível dar sequência a todas as ações pensadas no curto espaço de tempo, entretanto, decorrido.

Os potenciais parceiros têm tempos próprios, sendo necessários tempos longos de diálogo e conhecimento mútuo, antes de avançar para projetos comuns. Permanecendo a convicção de que existe espaço efetivo para novas formas de cooperação, esse diálogo exige recursos e disponibilidades que requerem uma situação mais estável do que a vivida depois de meados de 2016.

O apreço pela ação da ANDC é genericamente afirmado e várias entidades (CIM, entidades bancárias e outras) têm a expectativa de que os produtos e serviços da ANDC possam ser úteis na potenciação dos seus instrumentos e atividades, mas a ANDC necessita de inovar na sua atividade e organização para oferecer novas formas de valor acrescentado a essas parcerias.

A gestão rigorosa da ANDC ao longo de toda a sua vida criou condições para, face à situação vivida, poder dispor de tempo para equacionar caminhos alternativos. Esse é um mérito dos órgãos sociais, em particular das Direções, que se foram sucedendo ao longo dos anos e que deve ser realçado. O que se conseguiu em 2017 é apenas o mínimo para poder encarar o futuro com alguma expectativa de virem a ser superadas as dificuldades. É em 2018 que temos de demonstrar se essas expectativas podem ser confirmadas.

Por último, a Direção entende sublinhar mais uma vez:

- O seu reconhecimento à Mesa da Assembleia Geral e ao Conselho Fiscal, sempre disponíveis para responder às solicitações e sempre muito empenhados no acompanhamento da vida da Associação.

Fidel



- O seu agradecimento a todos os Associados que se disponibilizaram para trabalhar e, em particular aos que propuseram e tomaram iniciativas, que a Direção procurou sempre avaliar e dar sequência.
- Pôr em relevo a atitude positiva dos trabalhadores, que nos momentos de incerteza que vivemos continuam empenhados na procura de soluções, nas condições exigentes em que têm de trabalhar. Nesse sublinhado incluem-se aqueles que foram abrangidos pelo processo de despedimento coletivo mantendo o seu empenho enquanto se mantiveram ao serviço.

Março 2018